

Público

08-05-2019

Periodicidade: Diário
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 31885

Temática: Justiça
Dimensão: 2403 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 14/15

14 • Público • Quarta-feira, 8 de Maio de 2019

SOCIEDADE

Tempo da justiça fechada acabou, avisa presidente do Supremo

Conotado com tendências conservadoras, novo “vice” do Conselho Superior da Magistratura quer mais recato no que respeita aos processos disciplinares levantados aos juízes

Magistratura
Ana Henriques

Foi um aviso à navegação o recado que o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Joaquim Piçarra, deixou ontem ao seu “vice” no Conselho Superior da Magistratura: “O tempo da justiça fechada em si mesma acabou.”

Na tomada de posse da nova equipa deste conselho, que terá como vice-presidente o juiz José Sousa Lameira, e perante alguns receios de que a magistratura judicial volte a encerrar-se numa torre de marfim, Joaquim Piçarra fez questão de deixar claro que não permitirá que tal suceda. Sendo, por inerência, presidente do Conselho Superior da Magistratura basta, por exemplo, recusar-se a delegar em Sousa Lameira alguns dos poderes habitualmente exercidos pelo vice-presidente deste órgão. Mas ainda não se sabe se recorrerá a uma medida que porá a nu as desconfianças que pairam sobre o magistrado que nos próximos três ou quatro anos será o rosto do órgão responsável pela gestão e pela disciplina dos juízes.

Com 62 anos e conotado com as tendências mais conservadoras da magistratura, Sousa Lameira surpreendeu muita gente ao obter uma vitória tão expressiva nestas eleições: 990 em 1665 votos. Durante a campanha eleitoral para o cargo que assumiu ontem, manifestou o seu repúdio em relação à “divulgação reiterada, através dos meios de comunicação social, da instauração de processos disciplinares ou inquéritos a juízes”. E isso fez disparar alarmes. O juiz alega que, além de ilegal, essa divulgação mancha a reputação da magistratura e não contribui para a “paz social”, expressão que usou por mais de uma vez no seu discurso de tomada de posse. Um discurso no qual não escamoteou que a justiça deve ser mais célebre, mas deixando claro que os juízes

não podem ser os bodes expiatórios das deficiências e falhas do sistema, nomeadamente da falta de meios humanos e materiais dos tribunais.

“É necessário melhorar as condições materiais, funcionais e processuais - o que exige um reforço de meios financeiros. E isso depende da compreensão do poder político, que deve aceitar que é absolutamente necessário maior investimento na justiça”, declarou, apontando para os relatórios do Conselho da Europa que colocam Portugal num patamar de investimento inferior ao dos países mais desenvolvidos. Para acrescentar logo de seguida que a independência dos tribunais relativamente aos restantes órgãos de soberania de pouco vale, se não tiverem os meios humanos e materiais necessários ao efectivo desempenho da sua missão.

Condições de trabalho

Mas à insuficiência de magistrados judiciais junta-se a falta de condições de trabalho dignas, assinalou. Mesmo se prevalecem como sendo verdadeiras “mistificações que atribuem aos juízes luxos e mordomias inexistentes”.

Presente na cerimónia mas sem direito a discurso, a ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, havia depois de dizer aos jornalistas que não concordava lá muito com esta perspectiva das coisas, embora entendesse as reivindicações do recém-empossado magistrado: “Quando acontece alguma coisa na área da Justiça se há algum bode expiatório costuma ser o Governo na pessoa da ministra”, observou a governante, explicando que não pode mandar formar mais juízes do que aqueles que o Centro de Estudos Judiciários tem capacidade para pôr cá fora.

Tabu para alguns dos seus colegas, a lentidão dos tribunais não foi tema a que Sousa Lameira tenha fugido: apesar de considerar que já foi mais grave, mostrou-se convencido de



Joaquim Piçarra (à esquerda) sublinhou recados a José Sousa Lameira, que tomou posse ontem como “vice”



Queira-se ou não, o tempo é de informação. Há que saber estar à altura destas novas exigências

Joaquim Piçarra
Presidente do Supremo e do Conselho Superior da Magistratura

que a justiça pode ser acelerada. Para isso, defende a existência de um quadro de juízes que impeça que todos os anos sejam distribuídos mais processos a cada magistrado do que no ano anterior. “Esse número deve, se possível, diminuir”, declarou, preconizando ainda que os juízes possam ter assessores, conforme de resto a lei prevê.

Uma questão que Francisca Van Dunem admite ser crítica, muito embora a contratação de assessores só dependa do Governo no caso dos tribunais superiores. Nos de primeira instância é da responsabilidade do Conselho Superior da Magistratura.

A defesa intransigente da independência dos juízes terá sido um

dos trunfos de Sousa Lameira na disputa eleitoral que venceu, numa altura em que os representantes máximos da justiça portuguesa foram pressionados para se pronunciar sobre a polémica gerada pelo juiz do Tribunal da Relação do Porto Neto de Moura. E foram várias as críticas que se ouviram - de Joaquim Piçarra, por exemplo -

perante acórdãos como aquele que desculpabilizava agressões contra “mulheres adúlteras”. Sousa Lameira quer que a partir de agora haja mais recato na magistratura: “Antes de se fazer qualquer censura aos juízes devem ser-lhes asseguradas todas as garantias de um processo [disciplinar] leal, justo e equitativo”.



Quando acontece alguma coisa na área da Justiça se há algum bode expiatório costuma ser o Governo na pessoa da ministra

Francisca Van Dunem
Ministra da Justiça

E se um juiz mandasse serrar a cadeira de um procurador?

Perfil Ana Henriques

Com 62 anos e uma carreira feita sobretudo no Norte do país, José Sousa Lameira viu-se-lhe colar um rótulo de conservadorismo de que não se consegue livrar. Mas o que o irrita de sobremaneira é que os colegas que o apodam de retrógrado o identifiquem como sendo “noronhista”, uma expressão que no universo judiciário português remete para o ex-presidente do Supremo Tribunal de Justiça Noronha do Nascimento. Já o negou, já o renegou, mas isso não impede que o continuem a associar a uma figura que gera controvérsia na justiça nacional. “Já disse que não, que não sou mais próximo dele do que de outras pessoas”, exaspera-se quando lho perguntam. “Fizemos parte da mesma lista [para o Conselho Superior da Magistratura] em 2001, mas depois ele seguiu a vida dele e eu a minha”. O juiz garante, de resto, que não faz fé em nenhuma das tendências existentes na magistratura: “Sou independente de partidos, de interesses e de grupos”.

Oriundo de uma família humilde, casado e com dois filhos, dele se conta uma história que ficou nos anais das tropelias judiciais, já lá vão mais de duas décadas. Dirigia na altura o tribunal de Vila Nova de Gaia quando se travou de razões com um procurador que ali exercia. E não terá estado de modas, mandando serrar parte das pernas da cadeira onde o magistrado se sentava, de modo a que ele ficasse num patamar mais baixo que o dos juizes durante os julgamentos, na sala de audiências.

Um juiz que trabalhou num dos tribunais que dirigiu considera-o bom colega, mas demasiado rígido: chegou a mandar distribuir

processos a uma magistrada que tinha o pulso direito partido, com tudo o que isso implicava a nível de cumprimento de prazos por parte da magistrada. Senhor de uma enorme capacidade de trabalho, há quem o veja como sendo demasiado exigente.

Apesar dos receios de que faça a magistratura fechar-se à sociedade outra vez, existe curiosidade entre os colegas para saber como se comportará quando se confrontar com “um choque de realidade”. Seja como for, parte da composição do Conselho Superior da Magistratura continua a ser a mesma: dos 17 membros – não são todos juizes – apenas meia dúzia foi substituída esta terça-feira. O que significa que mesmo que Sousa Lameira queira levar por diante grandes transformações pode não ter força suficiente para o conseguir.

Defensor dos direitos de uma classe que é hoje maioritariamente feminina, comprometeu-se no seu programa eleitoral a sensibilizar os órgãos de soberania para “a crescente degradação do regime remuneratório dos juizes”, que encara como uma das garantias da independência do poder judicial. Mas não ficam por aqui as suas exigências: reivindica ainda que os juizes que exercem nos departamentos não especializados dos tribunais – os chamados juizes de competência genérica – ganhem o mesmo que os colegas dos tribunais especializados em justiça criminal, laboral ou familiar.

No seu programa eleitoral, Sousa Lameira insurgiu-se ainda contra o “tratamento discriminatório” dos juizes que se ausentam do serviço para gozarem as licenças de parentalidade, e com isso se vêem prejudicados na periodicidade com que são alvo de avaliação profissional.

Muitas polémicas mas só 24 processos disciplinares

Mariana Oliveira

Apesar de vários acórdãos polémicos que puseram os juizes no centro do escrutínio nacional, no ano passado os magistrados judiciais só foram alvo de 24 processos disciplinares, o número mais baixo da última década. A par disso, as classificações melhoraram: 55% dos juizes avaliados no ano passado foram classificados com Muito Bom, a melhor percentagem dos últimos 15 anos. Dos 379 juizes avaliados em 2018, só 3% tiveram Suficiente ou Medíocre.

Os dados são do relatório anual do Conselho Superior da Magistratura (CSM), com a actividade do órgão que tutela os juizes ao longo de 2018, divulgado ontem.

Desde 2004, data do relatório mais antigo do CSM disponível na Internet, é a primeira vez que a percentagem de juizes avaliados com a nota máxima chega aos 55%. Nos últimos 15 anos, 2009 foi o que registou a percentagem mais baixa, apenas 20% dos avaliados obtiveram Muito Bom. No ano passado foram 47% dos avaliados e no ano anterior 51%.

Mas a nota máxima não foi a única a subir. Também a segunda nota mais elevada, o Bom com Distinção, passou de 25% em 2017 para 28% no ano pas-

sado. A nota que mais diminuiu foi o Bom, que passou de 17% em 2017 para 7% em 2018. Os Suficientes e os Medíocres mantiveram-se baixos como é habitual. Na área disciplinar, foram abertos 24 processos, o número mais baixo da última década. É preciso recuar a 2008 para encontrar um número mais baixo: 14. Muitos ainda aguardam decisão. Em 2018, foram aplicadas 19 penas disciplinares – menos do que nos últimos anos –, a esmagadora maioria de multa (11). Houve ainda quatro suspensões e quatro advertências registada. Contrariamente ao que aconteceu nos últimos anos, não houve qualquer aplicação das penas mais pesadas como a demissão ou a aposentação compulsiva.

A matéria disciplinar suscitou no ano passado a interposição de 14 dos 37 recursos que tentaram invalidar decisões do CSM. Durante 2018, o Supremo Tribunal de Justiça proferiu decisões em 47 recursos deste tipo, a maior parte referente a decisões tomadas pelo órgão de tutela dos juizes em 2017. Destas, em 39 casos o Supremo indeferiu os recursos e em oito deu razão aos recorrentes. Nestes últimos, seis diziam respeito a decisões disciplinares, que não foram validadas.

Dos 28 pedidos feitos para que os juizes acelerassem as suas decisões, os chamados pedidos de aceleração processual, o conselho só aceitou dois. Como habitual, a esmagadora maioria foi indeferida, por se entender que o processo estava a ser tramitado dentro dos prazos legais ou que o atraso não era imputável ao magistrado judicial. No ano passado foram recebidas pelo conselho 777 queixas de cidadãos, o número mais baixo dos últimos três anos. Quase metade foram arquivadas por dizerem respeito à discordância de uma decisão judicial, o que só é sindicável pelos próprios tribunais em sede de recurso. Cerca de 30% relacionam-se com alegados atrasos de processos judiciais e as restantes com outros assuntos (como o estado das prisões, actos de funcionários ou juizes).



Mais de metade dos juizes foram avaliados com Muito Bom

meoliveira@publico.pt

CSM

“Sempre que se verifiquem situações de alarme social ou pressão pública, o Conselho Superior da Magistratura deve intervir de forma moderada e ponderada, aumentando a confiança dos cidadãos nos seus juizes e, com isso, o prestígio da judicatura”, preconizou.

O presidente do Supremo Tribunal de Justiça recordou-lhe, porém, que as coisas mudaram. “Queira-se ou não, o tempo é de informação e desinformação. De verdade e falsidade. E de constante solicitação comunicacional e mediática”, alertou Joaquim Piçarra. “Há que saber estar à altura destas novas exigências.”

ana.henriques@publico.pt